

A LÍNGUA E SEU ENSINO SEGUNDO PIERRE BOURDIEU

Maria de Lourdes Faria dos Santos PANIAGO*

RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa bibliográfica das obras de Pierre Bourdieu (1930-2002) daquilo que se refere à língua e ao seu ensino. O resultado foi dividido em três partes. A primeira trata da visão de Bourdieu em relação à língua. A segunda pretende estabelecer a diferença de idéias entre Bourdieu e os lingüistas, do ponto de vista do sociólogo, sobretudo, em relação a Saussure e Chomsky, os dois mais citados por ele em suas obras. A terceira parte refere-se à forma como Bourdieu vê a escola e, principalmente, o ensino de língua materna. Nas considerações finais, pretende-se oferecer reflexões acerca especialmente do que trata a terceira parte do trabalho.

Considerações iniciais

A preocupação com a linguagem deve ser uma constante para todos os educadores, principalmente, para aqueles que se ocupam do ensino da língua materna, já que grande parte dos problemas que a escola enfrenta em relação à aprendizagem dos alunos oriundos das camadas menos favorecidas deve-se a problemas de linguagem.

A escolha por Bourdieu, sociólogo francês, deve-se ao fato de que, dentre os estudiosos da linguagem, ele é um dos que, mais sistematicamente, destacou as relações entre a língua e as condições sociais de sua utilização.

* Professora do Curso de Letras do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás em Jataí, mestre em Educação pela UFGM e doutoranda em Lingüística na UNESP Araraquara. Autora do texto O uso da língua na escola, publicado no livro *Afinal, já sabemos para que serve a lingüística?*, pela editora da USP, em 2002, sob a organização de Ângela França.

A língua em Bourdieu

Para Bourdieu, não se pode dissociar a linguagem das condições sociais concretas em que acontece. Ou seja, a interação lingüística não é simplesmente um processo de codificação-decodificação de signos lingüísticos; é, essencialmente, uma relação de força simbólica, determinada pelas relações sociais existentes entre os locutores.

Em outras palavras, não se pode esquecer que as trocas lingüísticas são também relações de poder simbólico em que se renovam as relações de poder entre os locutores. Isto é, para que o ato comunicativo aconteça adequadamente é preciso mais do que o locutor possuir competência gramatical - capacidade para produzir uma infinidade de frases gramaticalmente coerentes. O domínio da gramática nada vale sem o domínio das condições sociais de utilização adequada da linguagem. É necessário saber quando é preciso falar ou calar, falar esta ou aquela linguagem, etc., e isso depende, evidentemente, das relações de força simbólica entre os dois locutores, ou seja, da importância do seu capital de autoridade, constituído não somente por seu capital lingüístico (Bourdieu, 1994). E são justamente essas relações de produção lingüísticas que vão dar ao discurso suas características mais importantes. Assim, os discursos não são somente signos para serem decodificados, são também signos de riqueza para serem apreciados e signos de autoridade para serem obedecidos (Bourdieu, 1996).

Há, então, uma capacidade lingüística que ultrapassa uma mera capacidade técnica. Trata-se de uma capacidade estatutária, isto é, a competência legítima é a autoridade dada a determinado locutor de empregar, em ocasiões oficiais, a língua considerada legítima (Bourdieu, 1996).

Todo ato de fala, para Bourdieu, é uma conjuntura, um encontro de um *habitus lingüístico*, “capacidade de utilizar as possibilidades oferecidas pela língua e de avaliar praticamente as ocasiões de utilizá-las” (1994, p. 182), com um *mercado lingüístico*, “definido por um grau de tensão médio ou, o que dá no mesmo, por um certo nível de

aceitabilidade” (1994, p. 182). Em toda interação lingüística, o que está em jogo são as competências dos interlocutores, não somente a lingüística, mas o conjunto de suas competências sociais, que depende de vários fatores, como sexo, idade, religião, condição econômica e social, etc. Em outros termos, os discursos só atingem seu valor através da relação com um mercado: o valor do discurso depende da relação de forças entre as competências lingüísticas dos locutores. Nas palavras de Bourdieu, “... toda fala é produzida para e pelo mercado ao qual ela deve sua existência e suas propriedades mais específicas.” (1996, p. 64)

Mas a relação de força lingüística não é só determinada pelas forças lingüísticas em confronto. É toda a estrutura social que está presente em cada interação lingüística. E, nessa análise, deve-se considerar não só os locutores tomados isoladamente, mas sobretudo, os grupos que representam. O *habitus* lingüístico é uma dimensão do *habitus* de classe (Bourdieu, 1994, p. 177), ou seja, é uma expressão da posição ocupada pelo indivíduo na estrutura social.

O produto lingüístico só se realiza completamente se for decifrado, mas os esquemas de interpretação do receptor podem ser distanciados dos do locutor. Assim, o mercado contribui para formar o sentido do discurso (Bourdieu, 1996, p. 24). Assim o que circula no mercado não é a língua, mas discursos estilisticamente caracterizados, na medida em que cada locutor transforma a língua num idioleto e que cada receptor contribui para produzir a mensagem, considerando aspectos que são constituídos tanto por sua experiência singular como coletiva (Bourdieu, 1996).

A ciência do discurso deve estabelecer as leis que determinam quem pode falar, a quem e como. O discurso sempre pressupõe um emissor legítimo que se dirige a um destinatário legítimo, numa situação legítima. Ou, nas palavras de Bourdieu (1994, p. 161), “os que falam consideram os que escutam dignos de escutar e os que escutam consideram os que falam dignos de falar”.

A linguagem é um dos bens simbólicos do universo social. E pode receber valores muito diferentes dependendo do mercado em que esteja colocada. Assim, a competência lingüística funciona como capital lingüístico quando em relação com um certo mercado lingüístico, em que o que se troca são mensagens. O locutor pressupõe um valor para aquilo que vai falar, ou seja, como no mercado econômico, prevê um preço para o seu produto. Esse preço depende da posição do falante na estrutura social, seu capital de autoridade. Ou seja, esse preço - ou valor - está desigualmente distribuído em função de serem também desiguais as oportunidades de acesso aos níveis mais altos da estrutura social. Portanto, o que importa é muito quem e como se fala, e não tanto o conteúdo do que se diz.

Para Bourdieu, o que determina o discurso é a relação objetiva, cada vez diferente, entre uma competência e um mercado. O que pode ser dito e a maneira de dizê-lo numa determinada situação dependem da relação entre as posições que o locutor e o interlocutor ocupam naquele momento na estrutura de distribuição do capital lingüístico e das outras espécies de capital.

Quanto mais oficial é o mercado, mais dominado pelos dominantes, ou seja, por aqueles que possuem a competência lingüística que lhes confere a autoridade (Bourdieu, 1996). Porque, quanto mais oficial é a situação, mais a língua considerada oficial é valorizada; inversamente, à proporção que decresce o grau de oficialidade, o mercado tende a ficar menos desfavorável para os *habitus* lingüísticos dominados (Bourdieu, 1996). Quanto mais se eleva o nível de censura, mais se exige o uso da estratégia de eufemização, “um esforço mais constante para formular (ou colocar formas)” (Bourdieu, 1996, p. 73).

A relação objetiva entre os locutores funciona como um mercado que age como censura, conferindo aos diferentes discursos valores muito desiguais. Através de sanções positivas ou negativas, o mercado determina o que pode e o que não pode ser dito. A produção lingüística, por mais simples que seja, é inevitavelmente influenciada

pela antecipação das sanções do mercado, isto quer dizer que o locutor, mesmo sem ter consciência disso, permite que o outro participe da produção de seu discurso.

É essa censura que estimula o fenômeno da hipercorreção, que significa um esforço infrutífero em adequar a linguagem à considerada oficial, ou mesmo a hipocorreção controlada, uma estratégia de condescendência utilizada por aqueles que dominam a língua legítima na tentativa de aproximação de seus interlocutores. É o conhecimento e o reconhecimento práticos das leis do mercado e de suas sanções que determinam as modificações estratégicas do discurso, tanto no sentido de “corrigi-lo” para adequá-lo ao interlocutor que tem maior competência lingüística, quanto no sentido de adequá-lo a um interlocutor com menos capital cultural, por exemplo, recorrendo a uma sintaxe mais simples.

Para Bourdieu (1996), as variações da forma do discurso dependem: da tensão objetiva do mercado, tensão causada pela distância maior ou menor entre o capital lingüístico (e demais espécies de capital) do locutor em relação ao do receptor; da “sensibilidade” do locutor em relação a essa tensão; e da aptidão do locutor para responder a essa tensão. Bourdieu (1996) esclarece, entretanto, que não se trata de uma tensão definida “*in abstracto*”, para qualquer locutor; mas sim a relação entre um grau de tensão objetiva “média” e um *habitus* lingüístico, ele próprio caracterizado por um grau particular de “sensibilidade” à tensão do mercado.

A competência dominante só é dominante porque os grupos que a detém são capazes de impô-la como sendo a única legítima, valendo-se principalmente do mercado escolar. Para explicar esse fenômeno, Bourdieu (1996) esclarece que a escola garante a distribuição uniforme do *reconhecimento* da legitimidade da língua oficial em detrimento da distribuição desigual do *conhecimento* desta língua. Isto é, o objetivo da escola é levar todos os alunos a reconhecerem que existe uma maneira de falar e de escrever

considerada legítima, mas apenas os pertencentes à classe dominante a conhecerem essa maneira de falar e escrever.

Um corpo de profissionais - pedagogos, gramáticos, escritores - , investidos do monopólio do uso legítimo da língua legítima, contribuem para a expropriação das classes dominadas em relação ao uso da língua oficial. Essa expropriação é reforçada pelo sistema de ensino, que condena o uso dominado da língua e consagra o uso dominante como único legítimo (Bourdieu, 1996).

Os que dominam o mercado lingüístico podem fazer uso “incorreto” da língua, do ponto de vista gramatical, sem que seja atribuído ao seu discurso o mesmo valor social da linguagem dos que são dominados. Enfim, o que fala, para Bourdieu (1994), não é só a palavra, mas toda a “pessoa social”. Toda a estrutura social está presente na interação lingüística.

Bourdieu e os lingüistas

Bourdieu faz severas críticas aos lingüistas. Um dos principais pontos de discordância refere-se às condições de apropriação da língua. Saussure e Chomsky acreditam que haja uma disposição inata para aquisição da capacidade de falar, independentemente do contexto social.

Saussure, segundo Bourdieu (1996, p.35), acredita que “a língua *normatizada* é capaz de funcionar, a despeito do constrangimento e do auxílio exercidos pelo contexto, passível de ser emitida e decifrada por qualquer emissor ou receptor, que ignoram quase tudo um do outro, tal como impõem as exigências da previsibilidade e do cálculo burocráticos, implicando a existência de funcionários e clientes universais, sem outras qualidades a não ser aquelas que lhes são atribuídas pela definição administrativa de sua condição.” Saussure separa a “lingüística externa” da “lingüística interna”, e só à segunda denomina lingüística, retirando dela tudo que se relacione com a

etnologia, com a história política dos falantes ou com a geografia do território onde é falada, já que nada acrescentam ao conhecimento da língua, una e indivisível, tomada em si mesma (1996). Para reforçar o argumento de que os lingüistas não se preocupam com o contexto, Bourdieu (1996) destaca justamente um trecho do *Curso de Lingüística Geral*, em que Saussure discute as relações entre a língua e o espaço, afirmando que “não é o espaço que define a língua, mas a língua que define seu espaço”. Ou seja, Saussure assegura que a língua existe independentemente de seus usuários e de suas respectivas falas; e é isso que mais o separa das idéias de Bourdieu.

De acordo com Luft (1993, p. 68), Chomsky, fundador da Lingüística Gerativa, diz que a criança, a partir dos atos de fala que escuta, vai conjeturando as regras lingüísticas, apoiando-se num conjunto de hipóteses inatamente determinadas. Segundo Bourdieu, para Chomsky, a teoria lingüística considera a existência de um locutor-auditor ideal, que está inserido numa comunidade lingüística completamente homogênea (Bourdieu, 1996). De acordo com o sociólogo, então, esse lingüista não considera a questão das condições econômicas e sociais de aquisição da competência lingüística.

Os lingüistas, segundo Bourdieu (1994, p. 165), têm razão em dizer que a norma-padrão não é superior lingüisticamente aos demais dialetos, isto é, ao afirmarem que todas as línguas se equivalem do ponto de vista lingüístico, mas erram ao não perceberem que elas não se equivalem do ponto de vista social.

Apenas um, dentre todos os lingüistas, Bourdieu (1996) diz reconhecer que existe vínculo entre o performativo e o social. É Alain Berrendonner.

Enfim, Bourdieu acredita que não se pode separar a linguagem do contexto social em que acontece, deslocando, assim, o foco de análise da materialidade lingüística para as condições sociais em que ela ocorre. E é isso que, segundo ele, o distingue dos lingüistas, sobretudo dos nativistas, que dizem que há uma disposição inata para

a aquisição da capacidade de falar, e dos geneticistas, que enfatizam principalmente o processo de aprendizagem. Para Bourdieu (1994), o deslocamento de foco da crítica sociológica em relação aos conceitos lingüísticos pode ser dividido em três pontos:

a) gramaticalidade por aceitabilidade: o conceito de aceitabilidade de Bourdieu é muito mais amplo do que a simples verificação do discurso como gramaticalmente conforme. Isto é, verificar a aceitabilidade de um discurso é analisar se ele é compatível com a situação social em que é dito, o que inclui a análise da gramaticalidade.

b) relações de comunicação por relações de força simbólica: os lingüistas, segundo Bourdieu, reduzem a relação de força simbólica (que depende da relação de autoridade entre os locutores) a uma simples operação intelectual cifração-decifração.

c) competência propriamente lingüística por capital simbólico: a competência, de acordo com as teorias desse sociólogo, depende muito mais de quem fala e de como fala, do que propriamente do conteúdo da fala. Não se aprende a gramática isoladamente da arte de saber quando e como utilizar a linguagem. Trata-se, portanto, de um capital simbólico.

Apesar de Bourdieu ressaltar esses pontos como aspectos que separam suas análises das teorias lingüísticas, Soares (1992, p. 59 e 67) afirma que a interpretação de Bourdieu aproxima-se da análise do *desempenho* lingüístico, no mesmo sentido que Chomsky dá ao termo¹. Segundo essa autora, tanto Chomsky quanto Bourdieu baseiam-se num estudo *descritivo* das diferenças de linguagem entre as classes sociais; até os conceitos, de acordo com ela, são basicamente os mesmos: “os termos *linguagem legítima, capital lingüístico, mercado cultural, mercado lingüístico*, próprios da teoria do capital lingüístico escolarmente rentável (Bourdieu),

¹ Chomsky faz uma distinção fundamental entre *competência/desempenho*, semelhante à de Saussure, que falava em *língua/fala*: Competência é a capacidade de se comunicar por meio de sistemas de sinais vocais (línguas); desempenho é o comportamento lingüístico, os efetivos atos de fala, as utilizações circunstanciadas das virtualidades desses sistemas. (Luft, 1993, p. 33)

correspondem aos termos *linguagem-padrão*, ou *norma-padrão*, *competência*, *contexto cultural*, *contexto lingüístico*, próprios da teoria das diferenças lingüísticas (Chomsky)”.

O ensino da língua materna para Bourdieu

Antes de falar especificamente sobre o ensino da língua, é preciso que se esclareça de que forma Bourdieu vê a escola.

Para Bourdieu, “a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima” (1989, p. 13), porque atribui aos indivíduos esperanças de sucesso escolar de acordo com sua posição na estrutura social. A escola trata as desigualdades sociais como desigualdades de dons. E essa “ideologia do dom”, contribui para condenar ao insucesso escolar os membros das classes menos favorecidas, já que considera inaptidão natural o que é na verdade uma diferença social. O excepcional sucesso de alguns membros das classes baixas serve para dar uma aparência de legitimidade à seleção escolar, já que reforça a idéia de que o sucesso depende exclusivamente do dom.

O sistema escolar cumpre função determinante na legitimação e imposição da língua oficial, na medida em que, ensinando a mesma língua - una e fixa - a crianças que falam diversos dialetos, contribui para a construção do que Georges Davy chamou de “consciência comum da nação” (apud Bordieu, 1996, p. 35.).

A escola é oficialmente autorizada para exercer uma ação de inculcação duradoura em relação à linguagem. Os mecanismos de transmissão cultural, principalmente a escola, garantem a permanência da grande defasagem entre a distribuição desigual do *conhecimento* da língua oficial e a distribuição, bem mais uniforme, do *reconhecimento* desta língua como legítima.

A disposição que leva os dominados à permanente autovigilância na forma como se expressam é fruto da introjeção do

reconhecimento (e não *conhecimento*) da norma lingüística. O reconhecimento da legitimidade da língua oficial é feito através de um lento e prolongado processo de inculcação, que, dentre outras funções, presta-se a proteger a língua legítima contra a tendência à economia de esforço e de tensão que leva o falante a dizer, por exemplo, *nós vai* em vez de *nós vamos* (Bourdieu, 1996, p. 48).

São dois os principais fatores de produção da competência legítima: a família e o sistema escolar. Através de uma familiarização precoce, os membros da classe dominante são capazes de se adequar perfeitamente às mais diversas situações lingüísticas: “manter o desembaraço no perigo, o *relaxamento* na tensão” (Bourdieu, 1994, p. 176). A facilidade que esses privilegiados têm em relação ao uso da língua deve-se ao domínio prático adquirível somente num universo familiar. A parte mais importante e mais escolarmente ativa da herança cultural, inclusive a língua, transmite-se, para Bourdieu (1989), de maneira osmótica. A aprendizagem da língua que se realiza pela familiarização se concretiza através de pessoas que desempenham papéis totais, ou seja, a dimensão lingüística é apenas um aspecto. É isso o que contribui para que seja aprendido não somente um certo modo de falar, mas também uma postura corporal, uma visão de mundo (Bourdieu, 1996).

O maior problema é que a influência do meio lingüístico estará presente por toda a vida do cidadão. Primeiramente, porque o estilo de expressão fino sempre será valorizado em todas as carreiras universitárias. Depois porque a habilidade para o deciframento de estruturas complexas, lógicas ou estéticas, é resultado direto da complexidade da estrutura da língua falada inicialmente no meio familiar (Bourdieu, 1989). Segundo Bourdieu (1996), inúmeras pesquisas revelaram que as características lingüísticas influenciam o êxito escolar, o sucesso profissional e até a atitude dos médicos, que tendem a dar mais atenção aos pacientes do meio burguês e às suas moléstias, inclusive formulando diagnósticos menos pessimistas.

O mercado escolar encontra-se totalmente dominado pelos produtos lingüísticos da classe dominante e tende a sancionar muito negativamente as diferenças de capital lingüístico preexistentes, contribuindo, assim, tanto para a sistemática desvalorização dos dialetos populares quanto para a imposição do reconhecimento da língua considerada legítima.

Os obstáculos que se relacionam com a língua falada no meio familiar são, dentre todos com os quais os alunos se deparam na escola, os mais graves, porque a compreensão e o manejo da língua constituem o ponto principal de avaliação dos professores. Principalmente se considerarmos que o domínio da língua é importante para o aprendizado de todas as disciplinas e não só daquela relacionada diretamente com a língua materna.

Nunca se aprende a linguagem sem se aprender simultaneamente suas condições de aceitabilidade, que, no mercado escolar, se traduzem pela nota (Bourdieu, 1983a). E nós já entramos no mercado escolar sabendo antecipadamente das sanções, positivas ou negativas, que nos esperam, dada a competência lingüística de que dispomos.

Um dos problemas que Bourdieu levanta (1983a) é o de saber quem governa a situação lingüística escolar. Ele pergunta se é o professor que domina as leis do mercado. Para Bourdieu, a liberdade do professor é bastante limitada quando se trata de definir leis de mercado específicas para a classe. O máximo que o professor consegue, na opinião de Bourdieu, é criar “um império num império” ou “um sub-espaco onde as leis do mercado dominante são suspensas”. O professor, conscientemente ou não, é um mandatário, isto é, alguém que acaba reforçando as leis de mercado nas quais se insere. Mesmo que o professor se recuse a “corrigir” a linguagem de seus alunos, ele seguramente comprometerá as chances de seus alunos nos mercados em que as leis lingüísticas dominantes continuam vigorando.

Para Bourdieu, o mercado escolar é dominado pelas exigências imperativas do professor de língua materna, que acaba se tornando “uma espécie de juiz de menores em questões lingüísticas: tem o direito de correção e de sanção sobre a linguagem de seus alunos” (1983a, p. 78).

Para Bourdieu (1989), a primeira língua ensinada na escola só é materna, na verdade, para as crianças oriundas das classes cultas. A cultura escolar é tão próxima da cultura da elite, que os menos favorecidos não podem adquirir o que é naturalmente herdado pelos filhos das classes dominantes, o estilo, o talento, o bom gosto (Bourdieu, 1989).

Fica claro, em todos os textos de Bourdieu, até em função da visão que ele tem da instituição escolar, que ele acredita que, para os menos favorecidos, é importante que a língua legítima seja ensinada nas escolas.

Também do ponto de vista dos dominantes, o ensino da língua legítima, segundo Bourdieu, deve fazer parte dos programas do sistema de ensino. Não para que a totalidade da população a conheça, mas para que a totalidade da população a reconheça. É ingênuo, portanto, atribuir a política de unificação lingüística apenas às necessidades técnicas de comunicação entre as diferentes partes de uma nação. “Não se trata, em suma, apenas de comunicar, mas de fazer reconhecer um novo discurso de autoridade.” (Bourdieu, 1996, p. 34). Ou seja, o sistema de ensino é um espaço de luta muito importante justamente porque tem o monopólio da reprodução (perpetuação) do mercado lingüístico, já que tem o monopólio da produção maciça de produtores-consumidores dos produtos lingüísticos.

Considerações finais

É possível concluir que a discriminação das classes populares na escola tem sido feita principalmente através da imposição da cultura e da linguagem das classes dominantes. Resta-nos, então, perguntar onde está a solução para esse problema.

Bourdieu (1992, p. 64) não acredita que a solução esteja na escola. Para ele, “não há solução educacional para o problema do fracasso escolar”. A solução estaria, assim, fora da escola; através da eliminação das desigualdades econômicas e sociais.

O oposto desta posição seria acreditar numa escola redentora, numa escola que leve os alunos, homogeneamente, ao aprendizado da língua materna, “corrigindo” ou “compensando”, no caso dos alunos provenientes das classes menos favorecidas, a linguagem aprendida familiarmente. Uma escola, enfim, que fosse o maior instrumento para a conquista de melhores condições sociais.

Mas se até os lingüistas criticados por Bourdieu pregam que a norma-padrão não é superior lingüisticamente às demais variedades lingüísticas e isso tem sido amplamente difundido, inclusive com a orientação de que, por este motivo, não se deve discriminar a linguagem que o aluno tem quando chega à escola, como é que o preconceito contra as variedades lingüísticas que se afastam da variedade de prestígio continue sendo ainda uma realidade?

A postura primeira dos formadores de professores é acreditar que o preconceito existe em função de um não conhecimento teórico. Acreditam que basta conhecer os estudos de lingüistas e sociólogos a respeito do assunto para que deixem de discriminar os dialetos de seus alunos.

Acredito, entretanto, que este preconceito esteja, na verdade, suficientemente internalizado na grande maioria dos educadores, de forma que a discriminação acontece na maior parte das vezes inconscientemente.

O que é importante questionar é: por que esse preconceito está internalizado? Que interesses têm sido preservados com isso? Parece-me que há todo um esforço das classes dominantes para que as coisas continuem exatamente como estão, isto é, para que essa hegemonia continue inabalada. A escola esforçando-se para que todos *reconheçam* a língua legítima, mas apenas alguns a *conheçam*.

Uma coisa precisa ficar clara. Não há nenhuma dúvida de que a escola deve ensinar a norma-padrão. Há muitas razões para isto. A aquisição da variedade padrão possibilita o acesso aos bens culturais da sociedade. Ainda que o domínio da variedade padrão não seja por si só suficiente para a garantia de acesso a estes bens, ele é, indiscutivelmente, condição *sine qua non* para torná-lo possível. Além disso, é através deste domínio que os integrantes das classes populares podem tornar-se mais fortes na luta por melhores condições de vida.

Voltando então a nossa pergunta: onde está a solução? Como educadores conscientes, não podemos ver a escola como redentora, pois sabemos que a escola não é capaz de derrubar as discriminações econômicas e sociais que são geradas fora dela. Mas não podemos, também, ver a escola como impotente, pois isso significaria internalizarmos que nada podemos fazer para alterar coisa alguma e isso, é claro, contribuiria para ajudar a manter as coisas como estão.

A solução é, então, ver a escola como transformadora. Uma escola que se conscientize de seu papel político, uma escola que garanta às classes populares um ensino eficientemente capaz de lhes dar condições de ampla e irrestrita participação cultural e política na sociedade.

Cada educador deve, assim, conscientizar-se do seu papel político. Não existe teoria neutra que se possa escolher sem maiores conseqüências. Toda escolha é, além de técnica, política. Não existe meio termo. Ou se está defendendo os interesses das classes trabalhadoras, ou se está contra eles.

ABSTRACT

PANIAGO, Maria de Lourdes Faria dos Santos. Language and language teaching to Pierre Bourdieu. *temporis[ação]*, Goiás, v.1, nº 8, Jan/Dez 2005.

This paper aims at doing a literature research on Pierre Bourdieu's work (1930-2002) regarding language and language teaching. The result was divided into three chapters. The first one deals with Bourdieu's view on language. The second one intends to set a difference between Bourdieu

and linguists, from the sociologist point of view, mainly in relation to Saussure and Chomsky, the two ones more quoted by him in his work. The third chapter refers to the way Bourdieu sees school and, mainly, first language teaching. In the concluding comments, I intended to offer my reflections, especially on the topics explored in the third chapter.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. O que falar quer dizer. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983, p. 75-88.

_____. O mercado lingüístico. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983, p. 95-107.

_____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: *A educação em revista*. Belo Horizonte (10): p. 3-15, dez. 1989.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. A economia das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994, p. 156-183.

_____. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade*. São Paulo: Ática, 1993.